

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data	10/10/2024
Assunto	2ª Reunião de 2024 - Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
Local	Plataforma Teams
Horário	16h30

PARTICIPANTES	UNIDADE
Dra. Cláudia Maria Chamorro Reberte Campana	Juíza Assessora da E. Presidência
Dr. Henrique Dada Paiva	Juiz Assessor da E. Presidência
Rodrigo Teixeira	Diretor - DEPLAN
Bruna Marcela de Barros Cunha	Coordenadora – SAAB 7
Marco Aurelio Giovani Visconti	Coordenador - DEPLAN 1.1
Nayara de Almeida Vieira	Supervisora - STI 5.3.1
Viviane Aparecida de Almeida	Supervisora - SAAB 5.2.1

ASSUNTOS / DELIBERAÇÕES

- Iniciou-se a reunião com o Dr. Henrique Dada Paiva dando as boas-vindas a todos os integrantes da comissão. A seguir, o Sr. Marco Aurelio iniciou a apresentação por slides. Em um primeiro momento foi apresentada a proposta de atualização do atual Provimento do TJSP para sua adequação às Resoluções nº 400/2021 e 550/2024 do CNJ, tendo sido apresentadas três opções à Comissão:
 1. Não realizar alterações na composição, manter apenas a Comissão Gestora e o Núcleo Socioambiental e inserir o Plano de Compensação Ambiental;
 2. Criar a unidade de sustentabilidade, com 3 servidores, mantendo a Comissão e o Núcleo Socioambiental e inserir o Plano de Compensação Ambiental;
 3. Criar a unidade de sustentabilidade, com 3 servidores, excluir o Núcleo Socioambiental e manter a Comissão. Inserir o Plano de Compensação Ambiental.
- Dr. Henrique Dada questionou aos membros da comissão qual das versões entendiam ser a mais interessante, ao que o Sr. Marco Aurelio informou que o Núcleo Socioambiental entende que a 2ª opção é a mais adequada, pois o caráter de comissão atual do Núcleo Socioambiental não permite que os membros se dediquem de forma plena às questões ambientais e acabam encaixando as atribuições em suas rotinas.
- Dr. Henrique Dada questionou, a seguir, a dedicação exclusiva ao tema dos servidores de tal unidade, ao que o Sr. Marco Aurélio informou que houve

equivoco e a Resolução do CNJ não traz tal dedicação exclusiva. A Sra. Bruna aduziu, no entanto, que embora não traga, o rol de atribuições de referida unidade na Resolução 400 faz com que 3 servidores, para a grandeza do TJSP implicará em dedicação exclusiva para atender à Resolução. Sr. Rodrigo corroborou as vantagens da versão 2, pois haveria um corpo técnico dedicado a executar e fomentar as ações de sustentabilidade (unidade) e um grupo multidisciplinar (Núcleo) que permitiria o acesso a informações nas Secretarias e a geração de ideias para execução da unidade e aprovação da Comissão.

- Diante do exposto, Dra. Cláudia Chamorro e Dr. Henrique Dada informaram que levarão a opção 2 à análise do Exmo. Sr. Presidente, retornando sobre eventual aprovação da proposta na próxima reunião.
- A seguir, o Sr. Marco Aurelio apresentou aos membros da comissão as propostas de alteração das metas do PLS, para as quais foram consultados os gestores das metas e, após, houve análise do Núcleo Socioambiental. O Dr. Henrique Dada questionou a razão dos percentuais quebrados nas metas, ao que a Sra. Bruna esclareceu que foram consideradas as médias de consumo de 2022 e 2023 para o estabelecimento da meta. O Sr. Rodrigo complementou esclarecendo que as metas utilizaram o percentual de consumo de 2022, que foi o melhor consumo após o término da pandemia, acrescentadas de um percentual de esforço para melhorar aqueles resultados.
- A seguir, a Dra. Cláudia Chamorro questionou o que seriam os critérios de sustentabilidade da meta 14.1. A Sra. Bruna deu exemplos (produtos biodegradáveis, mobiliário com certificação de origem da madeira etc.) e a Sra. Viviane esclareceu que ao receber os termos de referência a SAAB 5 sempre fomenta os gestores a inserirem critérios de sustentabilidade.
- Na sequência, o Sr. Marco apresentou as metas que seriam mantidas, e iniciou-se discussão sobre o consumo de água descartável, tendo sido apontado pelos integrantes do Núcleo Socioambiental que o Palácio da Justiça representa o maior consumo de água envasada não retornável. Dra. Cláudia destacou o desperdício de água durante os eventos e reuniões, tendo sido apresentada proposta de redução de tal impacto a partir de mudança de procedimento da Copa para as reuniões no Palácio, o que será estudado pelos Drs. O Dr. Henrique Dada solicitou os dados de consumo do Palácio, o que foi encaminhado no chat pelo Sr. Rodrigo.
- A seguir, Sr. Marco Aurelio informou a proposta de exclusão da meta de chamamento público de empresas para eficiência energética, ao que a Sra. Bruna esclareceu que o procedimento já entrou na rotina de trabalho do setor de engenharia e a Dra. Cláudia Chamorro confirmou que hoje existem formas diferentes de realizar ações de eficiência energética, que vão além do chamamento público.
- Na sequência, passou-se à análise da meta de impressão, tendo o Sr. Marco Aurelio destacado que o Núcleo Socioambiental verificou potencial de redução com as impressões nas Centrais de Mandado, que representam 33%

das impressões de todo o TJSP. Diante da apresentação de painel BI relacionado a tal consumo, Dra. Cláudia Chamorro e Dr. Henrique Dada questionaram os primeiros colocados, apontando que possivelmente haveria alguma questão procedimental ali a ser analisada. O Sr. Rodrigo apontou então a necessidade de relativização das impressões pelo número de mandados expedidos, informando que buscará informações com a SPI e Corregedoria. O Sr. Marco Aurelio também apontou que os dados serão atualizados com o Sr. Roberto da STI. A Sra. Bruna apontou questões trazidas ao Núcleo de boas práticas que podem ser adotadas para a redução de consumo e o Dr. Henrique Dada solicitou o envio dessas informações em expediente, para verificação e mediação com a Corregedoria Geral de Justiça.

- Após, passou-se à análise das metas com pouca evolução. Em relação à meta de capacitação dos administradores prediais em sustentabilidade, o Sr. Marco Aurelio informou que o gestor (Hudson – da SGP) entraria em contato com a SAAB 2 para obter informações que comporiam um *check list* de zeladoria sustentável para os administradores prediais.
- Já em relação à meta de resíduos sólidos, a Sra. Bruna aduziu que o credenciamento de cooperativas para realizarem a coleta seletiva nas Comarcas do Interior e o credenciamento de organizações para logística reversa estão em fase de elaboração de minuta de Edital.
- Após o exposto, os membros da comissão aprovaram as alterações propostas ao PLS, com envio à aprovação a E. Presidência.
- Por fim, deliberou-se pela necessidade de nova reunião da Comissão Gestora em novembro, antes do término do exercício.

Eu, Bruna Marcela de Barros Cunha (SAAB 7), subscrevi.

3 DE FEVEREIRO DE 1874